

## **PROPOSTA AM 2014/02**

### **MOÇÃO / RECOMENDAÇÃO** **Moção em defesa do Serviço Nacional de Saúde**

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Alpiarça,

Temos assistido ao aparecimento de moções, propostas, recomendações e outros documentos de teor político partidário que com grande dose de demagogia e populismo tudo exigem sem explicar as formas de financiamento dos organismos, nomeadamente o Sistema Nacional de Saúde.

É por todos sabido que desde a adesão à CEE e integração no SME (Sistema Monetário Europeu) que o Banco de Portugal deixou de poder emitir moeda.

Também é verdade que os orçamentos dos diversos Ministérios só podem ser efectuados através da cobrança de taxas e impostos junto dos cidadãos e empresas, por recurso a endividamento externo ou através de redução de despesas e canalização das verbas para reforço orçamental.

Ora os cidadãos e empresas já se encontram no limite de cobrança fiscal e o endividamento externo conduz-nos a situações de perda de soberania nacional que queremos ver definitivamente afastada. Resta-nos a redução de despesas da Administração Pública.

Considerando o exposto, a bancada do movimento "Todos por Alpiarça" recomenda que seja enviado aos órgãos de soberania nacional, designadamente a Presidência da República, Assembleia da República e Governo de Portugal, o seguinte texto:

"A Assembleia Municipal de Alpiarça, reunida em 27 de Junho de 2014 aprovou a seguinte moção/recomendação:

1- Que fique consagrado por lei e com efeito nas próximas eleições legislativas que o número máximo de deputados a eleger é o mínimo

previsto na actual lei: 180 (Cento e oitenta) e não o número actual 230 (duzentos e trinta), que não está de acordo com os sacrifícios que têm sido impostos e exigidos a todo o povo português, nomeadamente aos trabalhadores, pensionistas e reformados de mais baixos rendimentos. Não obstante a redução proposta devem manter-se os actuais critérios de representação eleitoral.

2- Que a lei de financiamento aos partidos políticos seja alterada a partir do início de 2015, sendo os subsídios reduzidos em 50% em relação ao actual enquadramento orçamental.

3- Que as poupanças obtidas sejam integralmente canalizadas para reforço de orçamento do Ministério da Saúde de forma a aliviar a forte penalização sofrida pelos reformados e pensionistas de mais baixos rendimentos com os custos hospitalares e taxas.”

A Bancada do **TODOS POR ALPIARÇA**

27 de Junho de 2014